

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE COMODATO

Por este instrumento particular, a **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão CrediEmbrapa Ltda - Sicoob**, com Sede Social em Brasília/DF, QL 06 Conjunto 06 Casa 20 - Lago Sul - Brasília/DF - CEP: 71.620-065, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 02.338.666/0001-80, neste ato representada pelo seu Diretor-Presidente, Sr. Carlos Henrique Simões Ayres, portador do CPF nº 343.183.567-87, residente e domiciliado na cidade de Brasília, DF e por sua Diretora Administrativa-Financeira Sra. Sílvia Regina Alves da Silva, portadora do CPF nº 813.127.681-34, residente e domiciliada na cidade de Valparaíso - Goiás, resolvem celebrar o presente Contrato de Comodato, doravante simplesmente denominada "**COMODANTE**", e a **ATP TECNOLOGIA E PRODUTOS S.A.**, estabelecida na SGAN 601 Conjunto L Asa Norte CEP 70.830-010 Brasília/DF, inscrita no CNPJ/MF sob nº 38.059.846/0001-70, neste ato representada por seu Diretor-Presidente Sr. Juarez Lopes Cançado, inscrito no CPF 083.268.786-34, doravante simplesmente denominada "**COMODATÁRIA**", têm entre si justo e acertado o que segue:

Do Objeto

Cláusula Primeira - O presente contrato tem como OBJETO, a transferência de uso dos bens móveis de propriedade da COMODANTE à **COMODATÁRIA** nas condições estabelecidas neste instrumento, por prazo indeterminado.

Parágrafo Único - A COMODANTE é legítima proprietária dos equipamentos e, durante o período de vigência deste contrato, entrega sob o regime de comodato ao COMODATÁRIO, e este aceita recebê-los declarando que os mesmos se encontram em perfeito estado de funcionamento e conservação.

ITEM	QNTD.	DESCRIÇÃO	Nº DE PATRIMÔNIO
01	01	PINPAD GERTEC PPC920 USB GTN	11.154
02	01	LEITOR DE CODIGO DE BARRAS/CARACTERES CMM1560-SK MAXYSCAN2 - PA00	11.174
03	01	IMPRESSORA TERMICA FISCAL AUTENTICADORA- SÉRIE 0818	11.186
04	01	TP-LINK USB 3.0 - PORT HUB US700 ENERGIZADO - 7 PORTAS	SEM NÚMERO

Do Uso

Cláusula Segunda - A presente cessão restringe-se apenas ao uso dos bens identificados na cláusula anterior, nas atividades empresariais da **COMODATÁRIA**, exclusivamente, pelos profissionais ligados a mesma, não sendo cabível seu uso para fins pessoais.

Das Obrigações da Comodatária

Cláusula Terceira - A **COMODATÁRIA** está obrigada a realizar a manutenção técnica assim que necessário, devendo comunicar imediatamente à **COMODANTE** os eventuais defeitos encontrados e providenciar a completa reparação dos equipamentos.

Da Devolução

Cláusula Quarta - Fica obrigada a **COMODATÁRIA** a devolver os equipamentos e computadores à **COMODANTE** quando forem por esta requisitados, em idênticas condições em que recebeu e em plenas condições de uso, devendo reparar e/ou repor os equipamentos danificados.

Parágrafo Único - A devolução deverá ocorrer no do prazo de 7 (sete) dias corridos após o recebimento do respectivo aviso.

Da Multa

Cláusula Quinta - A **COMODATÁRIA** pagará multa no valor de 10% referente ao salário mínimo vigente para cada dia de atraso na devolução dos bens, além de eventual ação judicial visando a retomada dos bens e/ou dos pagamentos ou reparos ajustados.

Da Manutenção do Bem

Cláusula Sexta - Todas as despesas de manutenção e conservação dos bens emprestados, de qualquer natureza, inclusive seguro, serão de responsabilidade da **COMODATÁRIA**.

Parágrafo Único - A manutenção e conservação, quando necessárias, serão efetuadas por técnicos indicados pela **COMODANTE**, sendo vedada a contratação de terceiros desconhecidos da mesma.

Cláusula Sétima - Sob quaisquer circunstâncias, a **COMODATÁRIA** terá direito a ressarcimento de eventuais despesas com a manutenção, conservação, roubo ou furto dos bens emprestados.

Da Responsabilidade da COMODATÁRIA

Cláusula Oitava - As condições de risco dos bens ora emprestados são de inteira responsabilidade da **COMODATÁRIA**, mesmo que em situações de caso fortuito ou força maior, devendo esta diligenciar para que o estado dos bens seja preservado em qualquer circunstância, sob pena de se responder por danos causados.

Da Rescisão

Cláusula Nona - É assegurada às partes a rescisão do presente contrato a qualquer momento, devendo, entretanto, a parte interessada comunicar à outra com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, mediante aviso escrito e protocolizado.

Cláusula Décima - O descumprimento, pelos contratantes, do disposto nas presentes cláusulas, ensejará a rescisão deste instrumento.

Cláusula Décima Primeira - Ocorrendo a hipótese de encerramento de atividades da COMODATÁRIA, na vigência do presente instrumento, deverá esta restituir o bem à COMODANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data de sua paralisação, nas mesmas condições em que os recebeu, sob pena de multa diária acordada na **Cláusula Quinta**.

COMPLIANCE

PREVENÇÃO CONTRA LAVAGEM DE DINHEIRO E FINANCIAMENTO AO TERRORISMO

Cláusula Única - As partes declaram expressamente que os equipamentos e/ou valores objeto do presente contrato não advêm de nenhuma atividade ilícita. Tão pouco as operações realizadas não servirão para encobrir o produto de atividades delituosas, nem que sejam utilizados recursos para prática de ilícitos, será colocado em prática as medidas exigidas pela Lei n.º 9.613/98 e alterações dadas pela Lei nº 12.683/12. Deste modo, as operações serão realizadas com base nos princípios éticos e com a observância plena das leis e normas regulamentares relacionadas à prevenção da lavagem de dinheiro e do financiamento ao terrorismo.

As partes declaram estar cientes que estão obrigadas a cumprir as normas estabelecidas pela Lei n.º 9.613/98 mais as alterações dadas pela Lei nº 12.683/12, fornecendo todas as informações que lhe sejam solicitadas sobre a ilicitude das transações, comunicando e colaborando com os órgãos competentes sobre qualquer indício de atividade relacionada à lavagem de dinheiro ou do financiamento ao terrorismo, sem que seja necessário qualquer aviso prévio à outra.

As partes declaram que nenhuma poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagem financeira, não financeira e benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, sob a ótica da Lei 12.846/13 e Decreto 8.420/15, consideradas inclusive as leis anticorrupção internacionais, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

SIGILO

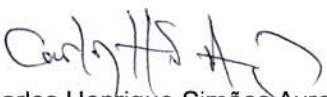
As partes, durante a vigência do presente contrato e nos 3 (três) anos subsequentes ao seu término ou rescisão, obriga-se a manter o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, materiais, informações, documentos, especificações técnicas ou comerciais, inovações e aperfeiçoamentos obtidos, ou que venha a lhe ser confiado em razão deste contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, revelar, reproduzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros, estranhos a esta contratação sem a prévia anuência e concordância da outra.

Eleição do Foro

Cláusula Décima Segunda - As partes, de comum acordo, elegem o foro da Circunscrição Judiciária de Brasília/DF, para dirimir eventuais conflitos oriundos do presente instrumento, renunciando a qualquer outro, por privilegiado que possa ser.

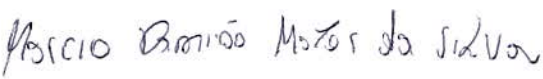
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, para que produzam um só efeito, o qual fazem na presença de duas testemunhas que a tudo assistiram e também assinam.

Brasília, 15 de maio de 2019.

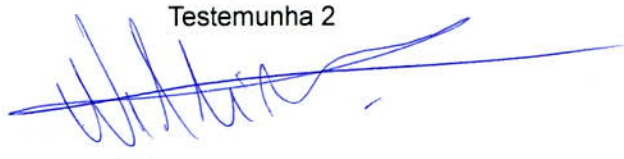

Carlos Henrique Simões Ayres
Diretor-Presidente


Sílvia Regina Alves Da Silva
Diretora Administrativa-Financeira

Testemunha 1


Márcio Damião Matos da Silva
CPF: 690.948.611-00

Testemunha 2


Wellington R. Guimarães
Gerente de Finanças e Tributos
CPF: 986.043.251-25